

REQUERIMENTO

À SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE DO PARANÁ E NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

O Coletivo Humanidades, formado por centenas de docentes da rede estadual de ensino do Paraná, principalmente das disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia, vem por meio deste instrumento abrir um canal de comunicação com a Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Paraná (SEED-PR) e seus Núcleos Regionais de Educação, conforme exposto abaixo.

Nos últimos dias do calendário escolar de 2020 foram publicadas as Instruções Normativas Conjuntas nº 09 e nº 11/2020 - DEDUC/DPGE/SEED, que dispõem sobre as matrizes curriculares do Ensino Fundamental e Médio na rede estadual de ensino do Paraná. Essas instruções promovem profundas alterações na matriz curricular e na organização pedagógica das escolas estaduais, afetando diretamente as disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia e os(as) quase 10 mil docentes dessas respectivas disciplinas, que tiveram sua carga horária reduzida de 2 aulas semanais para 1 aula semanal (corte de 50%).

A forma como essas instruções foram publicadas e o seu conteúdo demonstram um profundo desrespeito e desvalorização, por parte da SEED, com os/as profissionais da educação do Paraná pois foram anunciadas de maneira verticalizada e sem respeito aos princípios democráticos, coroadas de maneira abominável um ano de imensas dificuldades como 2020 e afetando nosso tão almejado descanso de final de ano.

Nos causa indignação, mas não surpresa, as atitudes da SEED frente às/aos educadoras e educadores que compõem a rede estadual de ensino, ao processo democrático e aos valores e princípios educacionais que diz seguir e almejar. Na mídia, o discurso público diz que somos protagonistas, mas internamente os métodos da SEED são monocráticos e humilhantes, nos tratando como personagens de última categoria. Somos sempre os últimos a serem consultados, mas os primeiros cobrados e maltratados.

Diante do exposto, gostaríamos de apresentar nossas considerações, questionamentos e solicitações para apreciação dos Núcleo Regionais de Educação e da SEED.

CONSIDERAÇÕES:

- considerando **a importância e a obrigatoriedade do processo democrático na gestão escolar**, DENUNCIAMOS que a comunidade escolar não teve participação democrática de direito nas duras mudanças que têm sido propostas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná. A retirada das matérias de Filosofia, Sociologia e Artes, foram feitas de maneira

obscura, no último dia letivo, de modo que a comunidade escolar só tomará ciência das mudanças no retorno às aulas. É uma realidade completamente contrária ao princípio constitucional da gestão democrática, conforme pode ser confirmado pela Carta Magna, art. 26 inciso VI;

- considerando a **centralidade das professoras e professores** na aplicação de qualquer proposta pedagógica, ainda mais propostas que promovem grandes mudanças, é fundamental que os(as) docentes sejam de fato protagonistas desse processo e participem na sua formulação, implantação e avaliação. Qualquer política educacional que não contemple o bem-estar e anuência dos docentes está fadada ao fracasso;
- considerando que haverá **profundos impactos pedagógicos** na formação dos(as) estudantes, pois as disciplinas em questão possuem métodos e objetos específicos e exclusivos; uma hora/aula por semana não é suficiente para a compreensão dos conteúdos estruturantes previstos nas diretrizes curriculares da educação e demais legislações vigentes, menos ainda para o debate, a interpretação e o esclarecimento de dúvidas decorrentes dos temas estudados em sala de aula. A redução da quantidade de aula resultará na abordagem rasa e superficial, impossibilitando o aprendizado processual mínimo esperado para a formação da juventude. Assim sendo, as disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia necessitam de uma carga horária satisfatória – minimamente duas horas-aula semanais, pois contribuem com a formação cidadã do jovem, além de propiciar o conhecimento ontológico e o acesso a outras epistemologias, para além de uma formação exclusivamente tecnicista.
- considerando que quase **1 milhão de estudantes serão afetados** por essas mudanças em seus direitos à educação integral e humanista, dificultando o acesso desses jovens ao ensino superior ao reduzir matérias importantes para sua formação e para a realização de vestibulares e ENEM. A SEED deveria possibilitar aos adolescentes e jovens todos os instrumentos para cursarem a educação superior, que lhes possibilita ascensão social, melhoria na qualidade de vida, condições para o efetivo exercício da cidadania, trazendo benefício nacional através da mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. A SEED jamais poderia ser porta voz de um discurso absurdo, que trata nossos estudantes como mão de obra autômata e os desqualifica como indivíduos biopsicossociais.
- considerando que essa mudança irá afetar direta e profundamente cerca de **10 mil profissionais** das disciplinas em questão, sobrecarregando-as de maneira a impossibilitar um trabalho pedagógico decente e de qualidade, pois dobrará a quantidade de turmas e estudantes necessários para fecharem seus padrões. Esses professores e professoras enfrentarão dificuldades em fechar o padrão em um colégio e voltarão à desgastante situação de docentes atuando em três, quatro ou mais escolas, atendendo cerca de 600 estudantes para um padrão de 20 horas (e 1200 para um padrão de 40hs). Por consequência aumentará a um nível crítico todas as atividades vinculadas a isso (livro registro de classe ou RCO, avaliações, atendimento aos estudantes, etc.), além de resultar na demissão de

aproximadamente 4 mil professores(as) PSS, aumento dos casos de adoecimento da categoria e de licenças médicas;

SOLICITAÇÕES:

- **Abertura de canal de diálogo** permanente e democrático entre esse coletivo, DEDUC/DPGE/SEED e os NREs.
- **Reunião urgente** desse coletivo com a DEDUC/DPGE/SEED, com intermediação dos Núcleos Regionais de Educação;
- **Revogação** da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 09/20 - DEDUC/DPGE/SEED e INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 11/20 - DEDUC/DPGE/SEED, que impõe a nova matriz curricular para o ano de 2021;
- **Esclarecimentos formais** dos NREs e da SEED sobre:
 - os motivos e critérios técnicos que levaram à alteração da matriz curricular conforme instruções mencionadas, especificamente no que tange à seleção das disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia como passíveis de redução de carga horária, desrespeitando documentos anteriores que garantiam a carga horária mínima de duas aulas semanais;
 - como foi realizado o processo de alteração da Matriz Curricular (quais diretorias participaram, eventuais pareceres técnicos produzidos, quais foram os princípios levados em consideração para tanto, em que momento as comunidades escolares foram consultadas e de qual forma, etc.)
 - processo de implantação da BNCC (como está o processo, quem coordena, prazos, etc.)
 - como serão implantadas as disciplinas “projeto de vida”, “cidadania e civismo”, “educação financeira” (suas ementas, quais professores terão prioridades para assumi-las, arcabouços teóricos e legais que embasam sua aplicação, além de como será realizada a formação de profissionais para atuarem nessas disciplinas inovadoras, já que o currículo das licenciaturas não as contemplam;
 - como será o processo de distribuição de aulas para o ano letivo de 2021.

Os documentos anexos expõem mais profundamente nossas ideias, preocupações e considerações. Foram produzidos e assinados pelas mais diversas organizações acadêmicas, políticas e da sociedade civil, em apoio à valorização de nossas áreas de conhecimento, reiterando concordância e defesa da manutenção de 2 aulas semanais das disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia no Ensino Médio e na rede estadual de ensino do Paraná.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que queremos estabelecer um diálogo profícuo com a SEED e os NREs, para que possamos conjuntamente construir uma educação pública de qualidade e referência nacional, na certeza de que esse caminho colaborativo é o único possível para tanto. Entretanto, não nos calaremos frente a atitudes autoritárias e que precarizam nossa profissão, impossibilitam nosso trabalho com qualidade, desvalorizam nossos saberes e promovem um “fast-food educacional” com educação pública paranaense.

Na esperança que prevalecerão o diálogo e o espírito democrático, pedimos urgência na apreciação desse requerimento e aguardamos ansiosos pelo posicionamento dos Núcleos Regionais de Educação e da Secretaria de Estado de Educação e Esportes do Paraná frente às nossas considerações e solicitações.

Atenciosamente,

Coletivo Humanidades

ANEXOS

1. NOTA DE APOIO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA REDE ESTADUAL DO PARANÁ PELA MANUTENÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ARTES - Mais de 50 entidades de pesquisa e político-organizativas assinam uma nota em defesa da escola pública, contra uma mudança na matriz curricular das escolas da rede estadual de ensino que reduz a carga horária das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Artes;
2. “Sociologia, Filosofia e Artes nas escolas: precisamos mais não menos” - Professora Simone Meucci - Publicado pela APP SINDICATO;
3. CARTA ABERTA AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - **Remetente:** Docentes dos Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional em Sociologia da UFPR;
4. Carta ao MP/PR dos docentes do Departamento de Filosofia da UFPR sobre redução de horas/aula da Filosofia, Sociologia e Artes no Estado do Paraná;
5. CURRÍCULO ESCOLAR É CAMPO DE DISPUTA - COLETIVO EnFrente;

6. APOIO A CARTA DO COLETIVO DE PROFESSORES DE ARTE, FILOSOFIA E SOCIOLOGIA CONTRA A REDUÇÃO DE AULAS DAS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ARTE NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ - CCH e DCS - UEM;
7. NOTA DE REPÚDIO - Filosofia UNICENTRO;
8. Nota pública da ANPOF contra a substituição de aulas de Filosofia, Sociologia e Artes por Educação Financeira no Paraná - Diretoria da ANPOF
9. NOTA PÚBLICA SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ARTES NO CURRÍCULO ESCOLAR DO PARANÁ - ACADEMIA MOURÃOENSE DE LETRAS;
10. PROFSOCIO - UFPR;
11. NOTA DE REPÚDIO - PET FILOSOFIA UNICENTRO;
12. Ratinho Jr. reduz número de aulas de sociologia, filosofia e artes em escolas públicas“Mudança de currículo mostra o que Ratinho pensa da educação Governo reduz carga de Sociologia, Filosofia e Artes, pouco depois de militarizar escolas” - Revista Fórum;
13. Redução da carga horária de Sociologia: entre ignorância e perversidade - Cristiano Bodart no Blog Café com Sociologia;
14. Redução de Humanas no currículo escolar afeta liberdade crítica dos estudantes - Por Angieli Maros no site jornalístico Plural.jor.br;
15. “Sociologia, Filosofia e Artes nas escolas: precisamos mais não menos” - Professora Simone Meucci - Publicado pela SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA;
16. A Sociologia como um direito dos estudantes paranaenses - Professor Walter Praxedes/UEM - Blog do Angelo Rigon;
17. NOTA EM DEFESA DA MANUTENÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ARTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE DE ESTADO DO PARANÁ - UNESPAR *campus* União da Vitória;

NOTA DE APOIO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA REDE ESTADUAL DO PARANÁ PELA MANUTENÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ARTES

As entidades de pesquisa e político-organizativas abaixo relacionadas manifestam seu apoio aos profissionais da educação da rede estadual do Paraná na defesa da manutenção da carga horária atual das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes, haja vista sua importância para a formação integral dos/das jovens da escola pública, bem como a necessidade de assegurar condições dignas de trabalho aos docentes dessas disciplinas.

Assinam:

ABALF- Associação Brasileira de Alfabetização

ABECS - Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais

ABdC - Associação Brasileira de Currículo

ABRAPEC – Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências ABEM - Associação Brasileira de Educação Musical

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPEd - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação

ANPOF - Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia

ANPUH - Associação Nacional de História

ANPOCS – Associação Nacional de Ciências Sociais

CBCE – Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade

FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

FORPIBID RP - Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do PIBID e Residência Pedagógica

FORUMDIR - Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras

SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia

SBEnBio - Associação Brasileira de Ensino de Biologia

SBEnQ - Sociedade Brasileira de Ensino de Química

SBEnBio - Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia

Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio

Apoio de outras entidades:

Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção Londrina

Associação Seminário Nacional de Sociologia e Política

Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – APUFPR

CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais/Unioeste-Toledo

Colegiado do Curso de Ciências Sociais/UFPR

Colegiado do Curso de Filosofia/UFPR

Colegiado do Curso de Ciências Sociais/UDEL

Colegiado do Curso de Filosofia/UDEL

Colegiado da Licenciatura em Ciências Sociais do IFPR/Paranaguá

Colegiado do curso de Filosofia/UNIOESTE

Colegiado da Pós-graduação em Filosofia/UNIOESTE

Colegiado do Curso de Licenciatura em Artes Visuais/UDEL

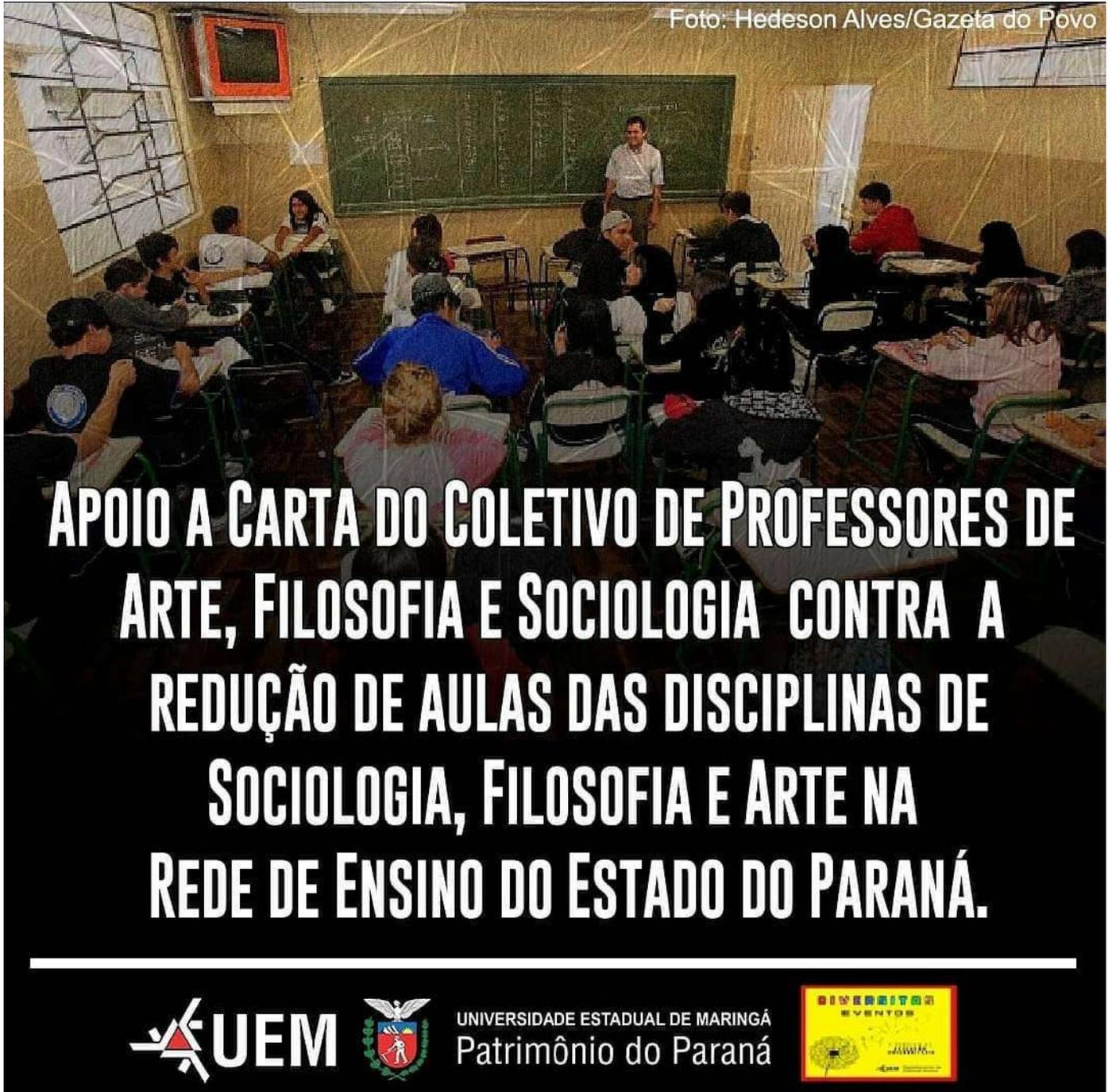
Coordenação da Área de Filosofia na CAPES

Curso de Graduação em Ciências Sociais/PUCPR

Curso de Graduação em Filosofia/PUCPR

Curso de Graduação em Filosofia/UEL
Departamento de Filosofia da Unicentro/PR
Departamento de Filosofia/UFPR
Departamento de Sociologia/UFPR
Departamento de Ciências Sociais/UEL
Departamentos de Ciências Sociais/UEM
Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques de Maringá-PR
Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Filosofia (PROFIFILO)
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Filosofia da UFPR (PROFFILO/UFPR)
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia (PROFSOCIO)
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia da UFPR (PROFSOCIO/UFPR)
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia da UFPR (PROFSOCIO/UEL)
NESEF – Núcleo de estudos e pesquisas sobre ensino de Filosofia
Núcleo de Direito de Povos e Comunidades Tradicionais/NUPOVOS-IFPR
Observatório da Região e da Guerra do Contestado – ORGC/UEL
Observatório do Ensino Médio – UFPR
Programa de Pós-graduação em Filosofia/UEL
Programa de Pós-graduação em Sociologia/UEL
Programa de Pós-graduação em Filosofia/UFPR
Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFPR
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UEM
Programa de Pós-Graduação em Filosofia/PUCPR

Foto: Hedeson Alves/Gazeta do Povo



APOIO A CARTA DO COLETIVO DE PROFESSORES DE ARTE, FILOSOFIA E SOCIOLOGIA CONTRA A REDUÇÃO DE AULAS DAS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ARTE NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Patrimônio do Paraná



Curitiba, 23 de dezembro de 2020

Por meio desta vimos expor o que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná através do Secretário Renato Feder e do governador Sr Ratinho Júnior, em relação a redução das aulas de Sociologia, Filosofia e Arte na rede Pública Estadual do Paraná, em seguida solicitar.

No dia 21 de dezembro ficamos sabendo através de uma instrução normativa que haveria mudanças na matriz curricular das citadas disciplinas curriculares, passando de 2 aulas semanais para 1 aula semanal.

A educação paranaense, seja no início da década de 1990, como nos anos 2000, promoveu avanços consideráveis rumo a uma sociedade cidadã. Porém, desde 2010 vem sofrendo ataques e desmonte, tanto das suas estruturas físicas escolares, quanto do ensino ofertado aos jovens paranaenses.

Para quem pesquisa sobre o ensino de Filosofia na Educação Básica, não é novidade a perseguição em cima de disciplinas como Filosofia e Sociologia no Ensino Médio na história da educação brasileira.

E os argumentos sempre foram os mais ridículos. Agora, o objetivo é melhorar os índices em sistemas de avaliação, como o SAEB, Pisa, IDEB.



A redução da jornada semanal de estudos dessas disciplinas, praticamente as inviabiliza como componente curricular. Da mesma forma, sobrecarrega os professores dessas disciplinas com mais turmas para atenderem, duplicando o trabalho dos mesmos. Dizer que os professores dessas disciplinas podem completar suas jornadas em outras matérias, desde que tenham habilitação para tal, é oferecer um prêmio de consolação com cara e jeito de presente de grego.

A educação não ganha nada com essas mudanças. Pelo contrário... Há uma perda fundamental na formação de nossos jovens. Precisamos resistir em nome de uma formação decente para nossos jovens.

Sabemos que as escolas particulares em geral, onde estudam os filhos do governador Ratinho JR e do Secretário de Educação Renato Feder não estão reduzindo a carga horária destas disciplinas, muito pelo contrário. Não podemos dividir a sociedade entre os filhos dos ricos e filhos dos pobres, entre filhos criados para ser uma elite pensante, que planeja, propõe, governa e controla e filhos criados para apertar botão, aceitar tudo o que vem de cima e se curvar.

Chega de patrocinarmos a ignorância, o preconceito, o negacionismo, a intolerância, a cultura da violência. Por isso estamos nos mobilizando em coletivos para denunciar mais este ataque à educação paranaense.

(...)

Coletivo de Professores de Arte, Filosofia e Sociologia



ARTIGOS

5 jan 2021 - 10h13

Sociologia, Filosofia e Artes nas Escolas: precisamos mais, não menos

Medida do governo do Paraná que reduz aulas de disciplinas prejudica pensamento de alunos

Por [Simone Meucci](#)



A Secretaria de Educação e Esportes do Paraná (SEED) publicou, no dia 22 de dezembro, a Instrução Normativa Conjunta nº 11/2020, documento que unifica e fixa mudanças na matriz curricular do Ensino Médio para as escolas do estado a partir do ano letivo de 2021. Com isso, o governo do Paraná adere – gozando da flexibilidade inédita admitida – à controversa legislação federal (especialmente ao que ficou estabelecido na lei nº 13.415/2017 Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio).

De acordo com o comunicado no site da SEED, as mudanças curriculares visam garantir, em toda a rede, tempo necessário para o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas de

O Plural utiliza cookies. Ao utilizar este site você concorda com nossa [Política de Privacidade](#) e o uso que fazemos de cookies para melhorar sua experiência como usuário.

Entendi

respectivamente). Permitem ainda acrescentar, à parte diversificada da matriz curricular, uma nova disciplina: Educação Financeira. Segundo as palavras do Diretor de Educação da SEED, Roni Miranda, com a implementação deste novo componente curricular (que terá uma hora semanal nos três anos do Ensino Médio), *o aluno aprenderá os diferentes tipos de juros existentes no mercado, como organizar as contas da casa e como não ceder à tentação do consumo compulsivo ou de impulso.*

No entanto, assegurar o domínio de Português, Matemática e a inclusão da Educação Financeira levou à subtração de metade da carga horária das disciplinas de Sociologia e Filosofia. Cada uma terá agora (como também Artes) apenas uma hora semanal em cada ano do Ensino Médio.

Esta notícia atormentou o recesso de fim de ano de docentes do estado do Paraná, bastante exaustos pelo trabalho remoto e pela luta sem tréguas em defesa da dignidade da carreira. Abalou sobretudo professoras/es das disciplinas afetadas, para quem a redução da carga horária resultará em demissão (em caso de contrato provisório) ou em piora afrontosa das condições de trabalho (no caso de servidor/a permanente).

Imaginemos aqui um exemplo de impacto sobre a distribuição de aulas entre docentes permanentes: uma professora de Sociologia concursada, com padrão de 40 horas semanais, que antes completava sua carga horária mínima de sala de aula (30 horas semanais) em três escolas (dedicando-se a cinco turmas em cada uma delas), terá agora que, forçosamente, procurar por mais 15 turmas em outras unidades escolares. Se considerarmos (na melhor das hipóteses) que em cada nova escola a/o docente conseguirá um número equivalente de turmas, a partir de 2021, precisará ministrar aulas em seis diferentes locais de trabalho, duplicando também o número de estudantes. Isso significa maior deslocamento entre regiões da cidade, menos tempo para o preparo das aulas, mais provas e trabalhos para corrigir, maior complexidade para gerir e se adaptar às regras e especificidades das diferentes comunidades escolares.

Quando for possível (e isso é recomendado no site da SEED), docentes permanentes de Sociologia, Filosofia e Artes assumirão outras disciplinas afins, sobre as quais terão pouca experiência e pouca profundidade (ainda que tenham cursado licenciatura ou especialização à distância e em tempo recorde para permitir a habilitação).

Em resumo, as/os professoras/es destas disciplinas estarão (de maneira ainda mais severa do que outras/os docentes) impedidos de trabalhar dignamente e de estudar com maior densidade métodos e conteúdos para que possam realizar, com competência, os propósitos de seu ofício.

Causando prejuízo ao trabalho dos docentes, a redução da carga horária de Sociologia, Filosofia e Artes impedirá, também, o desenvolvimento do extraordinário potencial destas áreas de conhecimento para a formação das/os estudantes.

A propósito, é muito significativo que estas três disciplinas tenham sido tão negativamente afetadas pelas escolhas do Governo. Sabemos que a definição do currículo escolar é um campo de disputa de áreas disciplinares, cuja seleção expressa conhecimentos e experiências que consideramos (in)dispensáveis às crianças e jovens. Seu delineamento diz muito acerca

Em particular na etapa final da Educação Básica do sistema público de ensino de um país como o Brasil, a definição da matriz curricular determina o repertório de conteúdos intelectuais e de recursos cognitivos que orientará juízos e modos de agir de uma parte significativa da população jovem que sequer avançará nos níveis mais elevados de formação. É, pois, sabido que a passagem de estudantes do Ensino Médio para os cursos superiores no Brasil está muito abaixo dos níveis internacionais, ficando sempre um pouco acima dos 20%, segundo dados do IBGE. Ou seja, o Ensino Médio não é, para a grande maioria dos que chegam ao seu fim, uma passagem para etapa subsequente da formação educacional formal, mas seu encerramento.

Ao impor, no Ensino Médio, a redução dos conteúdos de Sociologia, Filosofia e Artes, o Governo do Paraná restringe ao mínimo a possibilidade de que jovens, na etapa final de sua formação escolar, exercitem a capacidade de refletir mais profundamente acerca das formas de representação científica, filosófica e artística das relações humanas.

Estas três disciplinas compõem, junto com História e Geografia, um acervo de recursos cognitivos a partir dos quais é possível pensar a vida humana da perspectiva dos condicionamentos sociais, éticos e estéticos, não apenas segundo variações no tempo e no espaço, senão também como determinantes da definição da temporalidade e da espacialidade e dos contornos com os quais se delineiam, coletiva e subjetivamente, memórias e lugares. Nesse sentido, oferecem ferramentas com as quais será possível perceber fundamentos dos discursos sobre o mundo e a vida. Permitem, afinal, o desenvolvimento de uma das faculdades humanas mais espetaculares que é a de *pensar o pensamento*.

Em uma sociedade complexa como a atual, em que várias formas de representação do mundo coexistem, deste gênero de reflexão dependerá a consciência racionalizada com a qual se realiza a própria artesanaria de si. A capacidade de reconhecer e compreender fundamentos de discursos divergentes é um imperativo para viver com lucidez os processos de individualização e socialização da contemporaneidade, cada vez mais sofisticados e exigentes.

Portanto é falso o argumento de que Português, Matemática e Educação Financeira são mais necessários do que Sociologia, Filosofia e Artes. Menos verdadeiro ainda é dizer que o ensino das Humanidades subtrai tempo do aprendizado da língua e do cálculo. Estes são argumentos que se assentam sobre duas ideias errôneas: a de que conhecimentos sociológicos, filosóficos e artísticos são inúteis; e de que competências para a escrita, comunicação e raciocínio lógico-matemático só se desenvolvem nos limites estabelecidos pelas disciplinas Português e Matemática.

Evidência da falsidade destas ideias são as experiências das melhores escolas públicas e privadas em todo o mundo (e no Brasil também) que nos mostram que habilidades para se comunicar e calcular são mais consistentemente desenvolvidas quanto mais diversificado e complexo é o acervo de conteúdos aos quais estudantes têm acesso. Afinal de contas como dominar regras da norma culta da língua se não há o que dizer nem escrever? Ou como elaborar cálculos abstratos com precisão sem reconhecer a linguagem matemática como uma forma de objetivação quantitativa de fatos e comportamentos?

Quero, em síntese, dizer que as disciplinas que estão sendo diminuídas – Sociologia, Filosofia

e Artes – não apenas por si mesmas, mas também por suas condições de apresentação, são as

aos atos de escrever, falar, calcular; aos atos de comunicar e compreender. Fornecem aquilo que o sociólogo francês Bernard Lahire chama de *riqueza léxica*, ou seja, possibilitam, através de seus conteúdos, o desenvolvimento da capacidade de descrever, nomear, discriminar e relacionar fenômenos e sensações – ações elementares para o processo de se expressar e conhecer o mundo e a si mesmo.

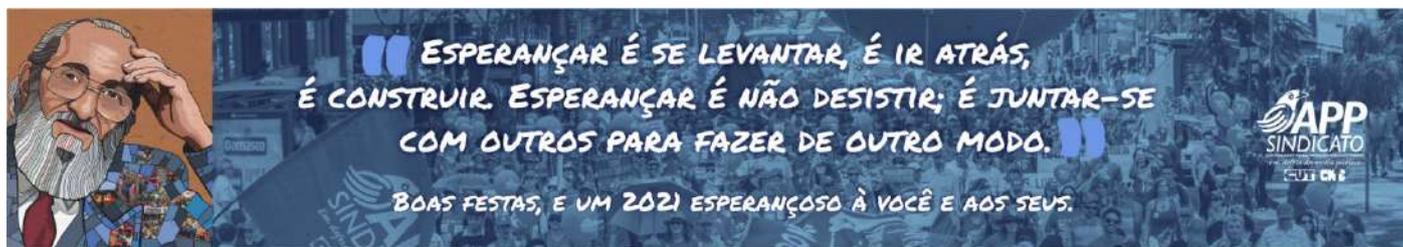
Em relação à Educação Financeira o meu argumento prossegue na mesma direção. Não seria preciso limitar a esta disciplina a discussão sobre juros e consumo. Nem sei se seria mesmo necessária, considerando que aulas de Matemática poderiam comportar reflexões sobre as modalidades de juros existentes no mercado financeiro e seus respectivos cálculos. Quanto à reflexão sobre consumo, isso já tem sido feito pela Sociologia e Filosofia, e de forma intelectualmente mais rigorosa.

Mas aí tocamos em área bastante sensível que possivelmente explica o desdém do governo em relação a estes campos de conhecimento: é que a Sociologia e a Filosofia realizam a problematização do consumo sob perspectivas mais sistemáticas que não permitem dissociar a crítica ao consumo da crítica às relações de produção.

Com efeito, essa visão radical é própria do verdadeiro conhecimento. É necessário, por isso, recusar a redução, na grade curricular, do espaço de conhecimentos consolidados, em nome de supostos saberes escolares que não são nada além de um conjunto de postulados normativos ora assemelhados aos livros de autoajuda financeira, ora aos manuais de conduta cívica ou às cartilhas de doutrina moral.

E nada está mais distante das nossas necessidades intelectuais e existenciais mais urgentes. Não podemos esquecer que somos habitantes de um mundo em transe e que testemunhamos o esgotamento e a ineficácia estrutural de soluções modernas. Na condição de *seres de transição* (o termo é do sociólogo Sérgio Abranches), precisaremos gestar novas formas de realizar a vida.

Em síntese, ao meu ver, quando se retira horas destas disciplinas, reduz-se a oferta de ferramentas imprescindíveis com os quais jovens poderão enfrentar de modo mais consciente os dilemas da carreira escolar e profissional, os desafios emocionais relativos ao processo extremado de individualização da sociedade contemporânea e alguns dos impasses mais decisivos de nossa civilização, de cuja condução dependerá a qualidade (talvez até mesmo a viabilidade) da existência humana que certos fragmentos do futuro já nos dizem estar sob ameaça. São, pois, estas disciplinas que possibilitam não apenas conferir caráter acolhedor e inovador à escola, mas também fecundar, entre jovens, estima pelo mundo.



Carta aberta ao Governo do Paraná

Aos cuidados do Secretário de Educação Renato Feder

7 de janeiro de 2021



Governador Ratinho Junior e o secretário da Educação, Renato Feder - Fotos: AEN

Remetente: Docentes dos Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional em Sociologia da UFPR

Assunto: Sobre a modificação da estrutura curricular e a redução da carga horária das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes no âmbito das escolas públicas do Estado do Paraná

Ao término do ano letivo de 2020, o **Governo do Estado do Paraná** promoveu mais uma mudança abrupta, arbitrária e unilateral ao **reduzir a carga horária** total das disciplinas de **Sociologia, Filosofia e Artes no Ensino Médio**. A Instrução Normativa Conjunta n. 11/2020, publicada pela Secretaria de Educação e Esportes do Paraná (SEED) em 16/12/2020, modifica a matriz curricular na rede, padronizando a carga horária em todos os estabelecimentos de ensino, com 4 horas/aula de Língua Portuguesa, 3 horas/aula de Matemática, 1 hora/aula de uma nova disciplina intitulada Educação Financeira, e 1 hora/aula de Sociologia, de Filosofia e de Artes.

A **ausência de explicações** ou **consultas** qualificadas caracterizam um papel autocrático da SEED e não pode ser naturalizado. Tal como na **imposição** de uma sondagem sem debates realizada às pressas pelo governo sobre a militarização

das escolas do Estado, não houve agora qualquer transparência ou participação efetiva da sociedade sobre essas mudanças. Tanto num caso como no outro, **não houve estudos pormenorizados** sobre os impactos que essas mudanças podem acarretar no processo formativo dos estudantes, muito menos considerou-se o cerceamento aos professores na elaboração da reflexão crítica.

O argumento tornado público pelo Secretário é da unificação curricular, mas obscurece os efeitos nocivos da referida normativa a curto, médio e longo prazos. Quais outros fatores, além da suposta unificação curricular, fundamentam a redução da carga horária das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes?

Muitos pontos são ignorados ou suplantados pelo Secretário. Primeiro: “Educação Financeira” não é uma disciplina, mas constitui um conteúdo transversal da Base Nacional Curricular Comum. Há perdas imediatas nessa medida ao transformar um tema específico sem conteúdo disciplinar numa disciplina, perde-se o sentido integrador a ser construído através dos projetos pedagógicos das escolas, que são essencialmente interdisciplinares. Segundo: um efeito não planejado na gestão pública será uma maior fragmentação das disciplinas, reduzindo tempos de integração, socialização e sensibilização. Isso resulta na **distorção do processo formativo** dos estudantes para a construção democrática de sua autonomia e liberdade crítica. Terceiro: a construção de hierarquias entre áreas de conhecimento é uma **prática historicamente fracassada** na educação global, abandonamos o latim, as línguas originais, os conhecimentos populares, o artesanato em nome de um progresso tecnológico excludente e desigual. Quarto: a Língua Portuguesa e a Matemática tornam-se ainda mais relevantes quando seus conteúdos são elaborados complementarmente noutra chave interpretativa propiciada pelos conceitos da Filosofia, pela abordagem da Sociologia e pela experiência das Artes.

Não há uma incompatibilidade entre as disciplinas das humanidades e as demais, assim como não há incompatibilidade entre a democracia e as diferenças a ela subjacentes. O mundo de hoje cada vez mais exige dos sujeitos a diversidade, o poder de interpretar, analisar, identificar e de se expressar. A SEED, com esta Instrução Normativa, segue na contramão dos avanços mais atuais no campo da educação inter ou transdisciplinar, ao relegar aos estudantes um papel coadjuvante na construção do conhecimento e das relações sociais. Aliás, talvez seja por isso mesmo que as escolas privadas mantenham em seus programas as disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes (algumas até no ensino fundamental). Esse tipo de formação humanística não é compreendido como um adendo ao conteúdo tradicional, mas como componente curricular essencial na formação plena dos estudantes-cidadãos.

Por experiência dos professores da rede pública e comprovado por pesquisas realizadas no âmbito da UFPR, sabe-se que **estas disciplinas são de fundamental importância** na interpretação de textos, na elaboração de redações e na formulação de opiniões dos alunos sobre sua própria realidade. Ainda que a SEED não reconheça – até porque parece desconhecer a realidade pedagógica das escolas – há uma integração orgânica dos conteúdos de Sociologia e Língua e Literatura Portuguesa, bem como de Filosofia e Matemática. **Logo**, a redução de carga horária **afetará negativamente na assimilação** das demais disciplinas, sobre a capacidade de o estudante refletir sobre si e sobre o mundo que habita, composto de instituições, valores e simbolismos. Nesse sentido, o efeito da Instrução Normativa pode ser o inverso do esperado pelo governo nas métricas educacionais.

Ainda cumpre salientar que, da perspectiva dos recursos humanos, **o resultado dessa ação é notadamente perverso** com os professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), que ministram essas disciplinas na rede. Haverá o dobro de turmas para fechar a carga horária de 20 ou 40 horas de trabalho, o que exigirá, comumente, trabalhar em várias escolas e/ou com outras disciplinas, desde que devidamente habilitados. Um professor 40 horas terá que atuar 30 horas em sala de aula, tendo, portanto, que atender 30 turmas diversas. O dobro que atende hoje. Obviamente, isso resultará na não contratação de um número significativo de docentes temporários, pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), o que também é desolador. **Sobrecarga, de um lado, demissão, de outro.** A princípio, pode parecer lucrativa essa mudança para os cofres governamentais, mas o custo (financeiro e político) logo aumentará com, entre outros, o afastamento de professores esgotados e a queda na qualidade educacional a médio e longo prazo.

Por fim, **a Sociologia, assim como a Filosofia, são disciplinas que integram os processos vestibulares da Universidade Federal do Paraná dentre outras seleções para cargos de carreira**, como é o caso do recrutamento de cadetes da polícia e bombeiros militares. Ou seja, a modificação da matriz curricular realizada de forma improvisada implicará em inúmeros impactos negativos dentro e fora da escola. É necessário que propostas de mudança sejam apresentadas e debatidas com a comunidade escolar, com pesquisadores da área da educação e, sobretudo, com os profissionais que desempenham as funções de ensino nas unidades escolares. Que qualquer reforma dessa natureza seja construída coletiva e democraticamente; que atenda às demandas da sociedade e que o Estado, aqui representado pela SEED, ofereça possibilidades para o fortalecimento dos valores de cidadania, solidariedade e bem público. E ter como horizonte a democracia que, segundo Anísio Teixeira, é antes de tudo um regime de saber e de virtude.

Curitiba, 07 de janeiro de 2021.

Carta ao MP/PR dos docentes do Departamento de Filosofia da UFPR sobre redução de horas/aula da Filosofia, Sociologia e Artes no Estado do Paraná:

CURITIBA, 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

AOS EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ

como divulgado no noticiário, a Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná alterou a Matriz Curricular do Ensino Médio para o ano letivo de 2021, retirando aulas das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Arte, e criando uma nova disciplina, Educação Financeira (Instrução Normativa nº 011/2020 DEDUC/DPGE/SEED).

Essa medida é questionável por um conjunto de razões diversas, dentre as quais nos permitimos assinalar as mais relevantes:

1) estudos internacionais e nacionais apontam a relevância da Filosofia na formação de educandos capazes de posicionar-se com autonomia sobre textos, teses e discursos de toda ordem (metafísica, ética, política, epistêmica, cultural). O ensino da Filosofia, combinando análise de questões filosóficas tradicionais com a visitação aos textos de uma tradição que, remontando à Grécia antiga, chega a discussões contemporâneas, familiariza os educandos a debater pontos de vista diferentes dos seus. Isso habilita-os ao debate argumentativo, à aceitação da controvérsia, à prática de fundamentar em argumentos opiniões de toda ordem, competências que são indispensáveis ao exercício da cidadania numa sociedade pluralista e democrática. Para lograr êxito, a finalidade formativa da Filosofia requer assegurar-lhe um mínimo de horas semanais, condição que é afrontada pela decisão da SEED;

2) a compreensão da relevância pedagógica e educacional da Filosofia é conhecida por regimes autoritários de todos os matizes, que viram nela um adversário natural a ser combatido. Não por coincidência, foi no curso da redemocratização brasileira que a Filosofia voltou a nossos bancos escolares. Nesse processo, o Estado do Paraná exerceu indiscutível pioneirismo, produzindo experiências formativas e material pedagógico que lograram alcance nacional. É surpreendente e desalentador que tal medida tenha sido tomada justo entre nós, no Estado que, primeiro, incorporou a disciplina como elemento de sua grade curricular. Medida que é uma decisão isolada, que negligenciou qualquer processo consultivo, ignorando todos direta e indiretamente envolvidos na sala de aula e no corpo da sociedade paranaense;

3) se a volta pioneira da Filosofia ao Ensino Médio no Paraná foi, apesar das conhecidas dificuldades que assola a educação no país, uma iniciativa de grande êxito, isso se deve a ter sido acompanhada pela formação de importante contingente de professores no magistério superior com formação específica em Filosofia e seu ensino, na graduação e na pós-graduação.

São estes os profissionais que hoje atuam nas escolas públicas de nosso Estado. Não se trata somente de chamar atenção para o fato de que tal força de trabalho (e os anos de investimento para consolidá-la) será suprimida por mais uma canetada dos que se acreditam os inventores autorizados de nosso futuro; isso não bastasse, a medida interromperá fluxo relevante entre Escola Pública e Universidade em prejuízo dos educandos do EM, que sofrerão as consequências do rebaixamento da Filosofia à condição de mero “enfeite educativo”;

4) convém recordar, por fim, que a Filosofia integra as competências exigidas pelo exame vestibular da Universidade Federal do Paraná para a primeira fase de todos os seus cursos, figurando na segunda fase do curso de Direito, dentre outros. Indaga-se aos responsáveis pela medida aqui sob escrutínio: será de caso deliberado ou por negligência que reduzirão as oportunidades dos educandos de nossas escolas públicas em disputar com chances condizentes seu ingresso nesta que, além da mais conceituada instituição de ensino superior do Paraná, é uma das poucas gratuitas?

5) Na medida em que filosofia, sociologia e artes perdem uma hora-aula cada para educação financeira, mais de tres mil professores PSS serão, de saída, não apenas prejudicados; em sua imensa maioria perderão seus empregos. Os que conseguirem se manter perderão o vínculo com as escolas.

Tendo em conta esses motivos, solicitamos vossa consideração quanto à imediata revisão ou mesmo de anulação da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 011/2020 - DEDUC/DPGE/SEED. Embora reconhecendo que reformas curriculares são parte da política pública para a Educação, compreendemos que, por suas implicações pedagógicas, formativas, institucionais e trabalhistas, devem ser realizadas mediante o debate amplo, democrático e pluralista com os agentes e instituições concernidos. Educação e trabalho estão elencados no Art. 6º da CF/88 entre os direitos sociais; cabe a nossos governantes não apenas zelar por eles, como também fazê-lo em sintonia com a sociedade civil, suas demandas e seus representantes.

Sem mais,

Professores do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná

Alexandre Gomes Pereira

André Macedo Duarte (Titular)

Antonio Edmilson Paschoal

Breno Hax Jr.

Cristina Foroni (Coordenadora do Curso de Graduação)

Débora Aymoré

Emmanuel Appel

Joel Klein

Leandro Cardim

Marco Antonio Valentim

Maria Adriana Camargo Cappello (Chefe de Departamento)

Maria Isabel Limongi (Titular)

Rodrigo Brandão (Coordenador da Pós-Graduação)

Ronei Mocellin

Tiago Falkenbach (Coordenador do PROF-FILO/UFPR)

Vinicius Berlendis de Figueiredo (Titular)

Vivianne de Castilho Moreira (Titular)

CURRÍCULO ESCOLAR É CAMPO DE DISPUTA 📌 A... - Coletivo EnFrente | Fa...

Coletivo EnFrente

24 de dezembro de 2020 às 10:57 ·

CURRÍCULO ESCOLAR É CAMPO DE DISPUTA

A redução da carga horária de filosofia, sociologia e arte imposta pela Secretaria da Educação e do Esporte do Estado de Paraná é mais uma demonstração da ausência de compromisso do governo do estado com a qualidade da educação.

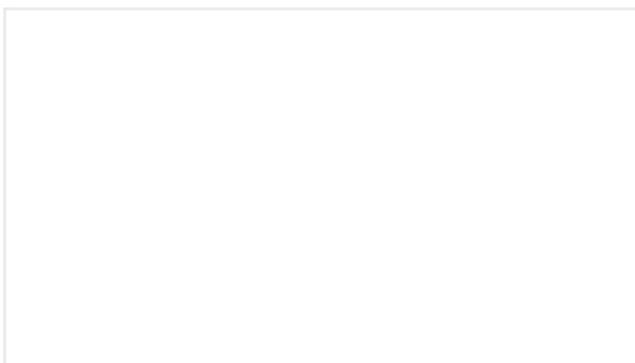
Reduzir a carga horária destas disciplinas remete as práticas do Governo Federal realizadas durante a ditadura militar.

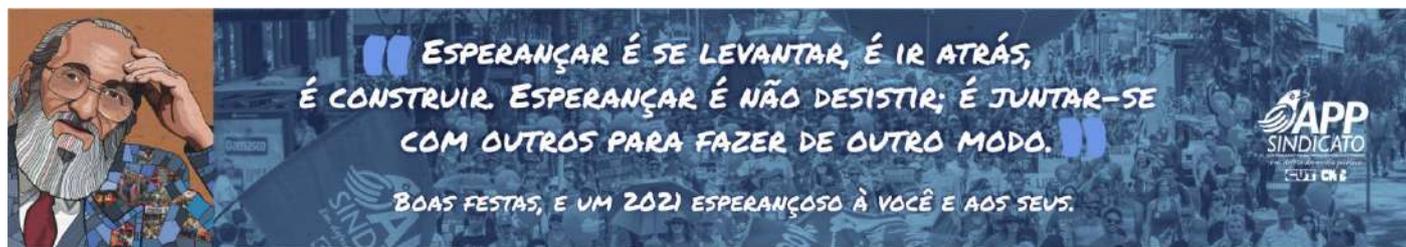
Costa e Subtil (2016, p.31) analisam a exclusão da disciplina de filosofia promovida em 1971 e destacam que as disciplinas escolares inseridas foram “voltadas muito mais à catequese e alienação dos estudantes, inseridas nos supostos valores morais, religiosos e de amor à pátria [...]”

Agora, mais uma vez a escola é usada para interesses alheios a educação dos estudantes e o conhecimento é deixado de lado em prol do que agentes externos julgam adequado para os filhos da classe trabalhadora.

Este é o link para assinar o abaixo-assinado contra a diminuição da carga horária de FILOSOFIA, SOCIOLOGIA e ARTE imposta pela SEED PR <http://chnj.it/nSWvD4dfxc>

Referência: Costa, R. C. da, & Subtil, M. J. D. (2016). A Ditadura Militar no Brasil e a proibição do ensino de filosofia: entre o tecnicismo e a subversão política. *Imagens Da Educação*, 6(2), 29-41. <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i2.28805>





Entidades assinam nota pela manutenção da carga horária de Sociologia, Filosofia e Artes

Governo Ratinho Junior reduziu carga horária das disciplinas na rede pública estadual

12 de janeiro de 2021



Mais de 50 entidades de pesquisa e político-organizativas assinam uma nota em defesa da escola pública, contra uma mudança na matriz curricular das escolas da rede estadual de ensino que reduz a carga horária das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Artes. Confira abaixo a íntegra do documento.

NOTA DE APOIO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA REDE ESTADUAL DO PARANÁ PELA MANUTENÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ARTES

As entidades de pesquisa e político-organizativas abaixo relacionadas manifestam seu apoio aos profissionais da educação da rede estadual do Paraná na defesa da manutenção da carga horária atual das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes, haja vista sua importância para a formação integral dos/das jovens da escola pública, bem como a necessidade de assegurar condições dignas de trabalho aos docentes dessas disciplinas. Assinam:

Assinam:

ABALF- Associação Brasileira de Alfabetização

ABECS – Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais

ABdC – Associação Brasileira de Currículo

ABRAPEC – Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPEd – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação

ANPOF – Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia
ANPUH – Associação Nacional de História
ANPOCS – Associação Nacional de Ciências Sociais
CBCE – Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade
FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
FORPUBID RP – Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do PIBID e Residência Pedagógica
FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
SBEnBio – Associação Brasileira de Ensino de Biologia
SBEnQ – Sociedade Brasileira de Ensino de Química
SBEnBio – Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia
Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio

Apoio de outras entidades:

Associação Seminário Nacional de Sociologia e Política
Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – APUFPR
CCHS – Centro de Ciências Humanas e Sociais/Unioeste-Toledo
Colegiado do Curso de Ciências Sociais/UFPR
Colegiado do Curso de Filosofia/UFPR
Colegiado do Curso de Ciências Sociais/UJEL
Colegiado do Curso de Filosofia/UJEL
Colegiado da Licenciatura em Ciências Sociais do IFPR/Paranaguá
Colegiado do curso de Filosofia/UNIOESTE
Colegiado da Pós-graduação em Filosofia/UNIOESTE
Coordenação da Área de Filosofia na CAPES
Curso de Graduação em Ciências Sociais/PUCPR
Curso de Graduação em Filosofia/PUCPR
Curso de Graduação em Filosofia/UJEL
Departamento de Filosofia da Unicentro/PR
Departamento de Filosofia/UFPR
Departamento de Sociologia/UFPR
Departamento de Ciências Sociais/UJEL
Departamentos de Ciências Sociais/UEM
Instituto de Mulheres Negras Enequina Alves Marques de Maringá-PR.
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Filosofia (PROFIFILO)
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Filosofia da UFPR (PROFIFILO/UFPR)
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia (PROFSOCIO)
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia da UFPR (PROFSOCIO/UFPR)
Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia da UFPR (PROFSOCIO/UJEL)
NESEF – Núcleo de estudos e pesquisas sobre ensino de Filosofia
Núcleo de Direito de Povos e Comunidades Tradicionais/NUPOVOS-IFPR
Observatório do Ensino Médio – UFPR
Programa de Pós-graduação em Filosofia/UJEL
Programa de Pós-graduação em Sociologia/UJEL
Programa de Pós-graduação em Filosofia/UFPR
Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFPR
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UEM

Filosofia Unicentro

Gilmar Szczepanik **Filosofia Unicentro**

23 de dezembro de 2020 às 19:00 ·

NOTA DE REPÚDIO

Os docentes do Departamento de Filosofia da Universidade do Centro-Oeste (Unicentro/PR) vêm a público repudiar a Instrução normativa 011/2020 do Governo do Estado do Paraná que impõe a diminuição da carga horária das disciplinas de filosofia, sociologia e arte por considera-la arbitrária e por promover um claro ataque aos pilares de uma educação crítica, reflexiva e emancipatória. A filosofia constitui-se como um ramo de conhecimento milenar que moldou praticamente toda a civilização ocidental. Assim, entendemos que a redução da carga horária da disciplina de Filosofia traz incalculáveis prejuízos à formação cidadã de toda uma geração de jovens que será privada de apreender a ver e de compreender o mundo de uma crítica e reflexiva. Além disso, a presente Instrução Normativa fragiliza e deteriora a carreira docente dos inúmeros profissionais formandos e formados pela Unicentro.

Guarapuava, dezembro de 2020.



A ANPOF

Histórico da ANPOF

Diretoria

Documentos

Prêmio ANPOF

Programas Associados

Grupos de Trabalho

Comunicação

Todas as comunicações

Boletim

Clipping

Coluna ANPOF

Comunidade

Entrevistas

Fórum de Debate

Notas e Comunicados

Notícias ANPOF

Podcast Anpof

Agenda

Todas as categorias

Concursos e Seleções

Lançamentos de Livros

Lançamentos e Chamadas de Revistas

Eventos

⊕ Submeter Agenda

Publicações

Todas as publicações

Coleção XVIII Encontro Nacional ANPOF (2018)

Coleção XVII Encontro Nacional ANPOF (2017)

Coleção XVI Encontro Nacional ANPOF (2015)

Periódicos

Encontros

Contato



COMUNICAÇÃO

TODAS AS
COMUNICAÇÕES

BOLETIM

CLIPPING

COLUNA ANPOF

COMUNIDADE

ENTREVISTAS

FÓRUM DE DEBATE

NOTAS E
COMUNICADOS

Nota pública da ANPOF contra a substituição de aulas de Filosofia, Sociologia e Artes por Educação Financeira no Paraná

30/12/2020 · Notas e Comunicados

As disciplinas de Filosofia, Sociologia e Artes tiveram suas cargas horárias diminuídas no Ensino Médio da rede pública estadual de ensino no Paraná. A Instrução Normativa Nº 011/2020 da Secretaria do Estado da Educação